



Geografia - Dualidade/Dicotomia: uma questão epistêmica e uma questão de método!!!

Prof^ª Dr^ª Alexandrina Luz Conceição PPGeo/UFS

Posicionando-me para o Debate

O texto a seguir busca atender à solicitação dos Editores da Revista Situação para a produção de um Ensaio sobre as seguintes reflexões: **“Há separação entre o objeto da Geografia Física e o da Geografia Humana? O que parece estimular essa separação disciplinar? Como podemos articular as diferentes escalas sobre as quais se debruçam os trabalhos da chamada Geografia Física e da Geografia Humana? É plausível falarmos em bipolaridade epistêmica e ainda assim mantermos uma coerência disciplinar?”**.

Acuso que o referente Debate exige um intenso aprofundamento que versaria sobre o percurso historiográfico da Ciência e Disciplina Geografia. Entretanto o limite de uma simples Reflexão Sintética reduziu consideravelmente o conteúdo teórico epistemológico que exige a seriedade da temática. Nesse sentido segue apenas um Pensar Reflexivo que constitui muito mais Provocações, do que Conclusões. Exponho apenas uma posição teórica política do meu Pensar, Ensinar e FAZER no meu cotidiano a Geografia que acredito.

Iniciando o Debate em Questão

Foi apenas na década de 1930 que foi instalada a primeira Faculdade de Ciências Humanas, no Brasil, no estado de São Paulo e logo depois no Rio de Janeiro com a criação do curso de Geografia e História. Até aquele momento o ensino compreendido como geográfico podia ser ensinado por muitos profissionais, principalmente engenheiros e advogados. Os engenheiros que concluíssem o curso de Topografia, por exemplo, recebiam o título de

engenheiro geógrafo. O curso de formação de geógrafos era necessário, principalmente em um estado como São Paulo, inscrito no processo de acumulação capitalista, via expansão da produção cafeeira, tendo em vista a transição para a formação da base econômica industrial.

Na realidade, desde o final do século XIX já se desenhava o projeto de modernização para o desenvolvimento econômico do país. Era preciso o reconhecimento do território brasileiro, através de pesquisa de campo, localizando áreas de potencial de matérias-primas básicas para a dinâmica da produção industrial. Foi necessária a chegada de geógrafos franceses como Pierre Defontaines e Pierre Monbeig para formar nossos geógrafos.

Entretanto, a instalação do Curso de Geografia e História com formação integrada, sob a influência da escola francesa, não será suficiente para a formação do geógrafo pesquisador. Foi fundamental a criação da Associação dos Geógrafos do Brasil/ AGB em 1934 e a publicação da Revista Geografia desta entidade, como condição básica para a pesquisa científica e a unidade integrativa ensino e pesquisa, além da visão multidisciplinar. A AGB congregava sócios intelectuais de diversas formações do ensino superior (internamente e externamente).

Em 1936 foi criado o Conselho Nacional de Geografia, mas para responder ao projeto de modernização, paralelamente foi criado em 1937 o IBGE (Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica) com a responsabilidade da coleta de informações estatísticas para medir as potencialidades do espaço brasileiro.

Em 11 de dezembro de 1933, o Governo Federal estabelece o Decreto Federal nº 23.569 regulando o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor e no capítulo V, artigo 35, que trata das especializações profissionais, refere-se às atividades do engenheiro geógrafo ou do geógrafo (trabalhos topográficos, geodésicos e astronômicos). A geografia até o momento era ensinada no curso secundário como um catálogo de nomes de lugares e de localizações, de rios e cidades. O Estado não dispunha de dados estatísticos, mapas e pesquisa de campo. É necessário lembrar que o curso de Geografia e História da FFLCH não distinguia a licenciatura do bacharelado para a formação do geógrafo.

Embora houvesse distinção no entendimento entre formação para alunos de ensino básico, com um currículo específico e com forte entonação nacional patriótica, os manuais escolares para o ensino primário e secundário tinham o discurso enciclopédico (descrição dos “elementos naturais” e caracterizações humanas, descritas como atividades).

A existência de um profissional sem formação pedagógica e com status, reconhecido pelo Estado e de formação matemática foi sedimentando a exigência de um currículo

diferenciado da formação do professor. Dois fatos foram fundamentais para a distinção do técnico e do professor geógrafo: o fortalecimento do Estado planejador e a proposta da Geografia Quantitativa.

A partir da década de 1960, o projeto econômico pautado na ideologia desenvolvimentista define a educação como condição necessária para o desenvolvimento econômico, apontando a vinculação da educação com o setor produtivo como possibilidade de superação da pobreza. O Estado militar se encaixa aos interesses do Banco Mundial que se volta para o financiamento do projeto de educação profissional em todos os níveis de ensino.

Na época, os denominados primeiro, segundo e terceiro graus, além da expansão dos cursos de pós-graduação. O ciclo de expansão da reprodução do capital sinaliza o aproveitamento do saber geográfico como instrumento do capital veiculado pelo Estado. O público e o privado se mesclam sob a orquestra do Estado Planejador. Nesse sentido a proposta da geografia pragmática quantitativista se encaixa ao modelo deste Estado. O trabalho do geógrafo é construído, basicamente, nas secretarias de Estado. Este trabalho torna-se mais visível com a denominada democratização do ensino superior e a sua expansão.

Surge nesse período os cursos de bacharelado em Geografia e a regulamentação da profissão de Geógrafo através da Lei nº 5.194/66 e o Decreto nº 83.138/80 em seus incisos I, II E III que revogam o termo Geógrafo do texto do Decreto Federal nº 23.569/33, inserindo as modalidades profissionais de Engenheiro Cartógrafo, Engenheiro de Geodésia e Topografia e manteve a de Engenheiro Geógrafo com as mesmas atribuições. Mas, só em 1979 foi sancionada a Lei nº 6.664/79 que disciplina a profissão de Geógrafo¹. A criação do curso de bacharel estabeleceu a separação entre a formação de licenciatura e o do técnico em geografia, com ações e atuações distintas e currículos diferenciados.

Durante o período do Governo Militar, a acentuada presença da visão pragmática da geografia quantitativista estabeleceu em termos ideológicos uma forte tendência de separatismo na formação desses profissionais. A criação dos Institutos de Geociências, trazendo em seus currículos o ensino obrigatório da matemática e da estatística, além de se instalarem na área das ciências exatas, muitas vezes possibilitou o estigma do diferente, sinalizando a separação dos que atuam a partir da pesquisa de campo, portanto, “produzem conhecimento”, e dos que “transmitem o conhecimento” neste caso, os profissionais licenciados. Os defensores desta concepção se enquadravam no contexto do empirismo positivista e neopositivista.

¹ Apesar da regulamentação da atividade profissional, através da Lei 6.664, somente em 1981 é que o CREA/RS expediu a primeira carteira e o respectivo registro de um do Profissional Bacharel em Geografia.

Tal denotação provocou uma querela no campo político e filosófico. Resguardava-se a presença do bacharel nas ações de planejamento estatal em um período em que a ideologia desenvolvimentista de Estado tinha uma forte conotação cientificista, qualificando o profissional bacharel geógrafo. Este tinha como formação um currículo voltado para a ideia da objetividade como materialidade do fato concreto, considerando todo e qualquer envolvimento fora do observável como subjetivismo. Logo, o pensar a partir da compreensão das relações sociais, e, sobretudo, do envolvimento das ações para a transformação da sociedade era considerado como perda de cientificidade.

O Debate em Questão

Na realidade, o que estava e ainda está em questão, para mim, é o método de análise. Método assumido por cada qual, conforme as suas afinidades seletivas, o que implica suas preferências ideológicas, de concepção de mundo e sociedade, influenciados sobremaneira, no contexto do lugar, na sua singularidade, na dimensão do indivíduo socialmente inscrito nos tempos espaços históricos socialmente vividos.

A ênfase estabelecida na separação do profissional bacharel e o professor licenciado gerou um intenso discurso sobre o caráter da dicotomia nos estudos Geográficos. Tal fato, no meu entendimento, arrastou a polêmica para o debate da separação Geografia Física e Geografia Humana que era naturalizado no movimento do cotidiano do fazer Geografia.

Ou seja, não se caracteriza em uma simples questão de bipolaridade de currículos, mas, no meu entender, essas duas questões se imbricam no mesmo significado ôntico que passa a constituir-se no âmbito da academia. Destaca-se aqui a importância da institucionalização da Ciência geográfica e no seu bojo como se estabelece a concepção da dualidade.

Ao definir espaço e tempo como categorias universais, considerando as suas existências independentes da existência do homem, Kant separou a categoria espaço da categoria tempo, como categorias independentes e distintas. Como professor de geografia na Alemanha, Kant definiu o espaço como o objeto da geografia, sendo concebido como fora da existência, superfície. Nesse viés, o conceito de espaço é incorporado à geografia em uma leitura mecanicista. A tentativa de explicar os pressupostos filosóficos da geografia subentende-se a necessidade de buscar argumentos teóricos para justificar e defender a sua existência enquanto ciência. Identificar os pressupostos filosóficos da geografia significa ter a

compreensão que a geografia não é apenas sinônimo de localização, onde é identificada a sua existência a partir de todo e qualquer fato em um determinado local.

Considero que essa concepção gnosiológica, conforme o pensar kantiano, fundamenta e fortalece os pressupostos filosóficos da lógica positivista. Löwy (1987, p. 15), sintetiza em três as proposições básicas à vertente do positivismo (doutrina da neutralidade axiológica do saber):

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural;
2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza [...] e ser estudada pelos mesmos métodos [...] e processos empregados pelas ciências da natureza;
3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as pré-noções e preconceitos.

O método proposto pelo positivismo para as ciências sociais deveria ser o das ciências da natureza, ou seja, o entendimento do real deve ser entendido de forma segregada, compartimentalizada.

Aparada nesses princípios estabelecidos como “científicos”, a Geografia Moderna, de um modo geral, assume esses pressupostos teórico-metodológicos, enfatizando o determinismo geográfico, omitindo a condição do indivíduo como ser social. Nessa perspectiva, há uma naturalização do ser humano e de suas relações. O ser humano é subjugado pelas forças do meio, sendo incapaz de autonomia e de reação. Transposição mecanicista dos métodos das ciências naturais para o âmbito da análise geográfica.

Na medida em que a geografia se vê como uma ciência da natureza, bem como do espaço, conforme a visão da leitura kantiana, sustentada na concepção newtoniana, a geografia física passou a dominar a discussão da natureza, e a geografia humana renunciou significativamente a inquirir a natureza em favor do espaço (FITZSIMMONS, 1989).

O apelo de Lucien Febvre: “Historiadores, sejam geógrafos,” ao inaugurar a Escola dos Annales, e a conclamação de Vidal de La Blache: “Geógrafos, sejam historiadores”, trouxe nova projeção ao estudo da Geografia. Como bem observa Larissa Alves de Lira no seu escrito *Vidal de la Blache Historiador*, o método geográfico desse autor sintetiza a noção de tempo geográfico, através da reconstituição histórica, a formação de povos e paisagens.

A importância da aproximação de Vidal de La Blache com os historiadores lhe

permite trazer o conceito de tempo histórico para a leitura da geografia. Seu determinismo vidaliano torna-se nítido em toda a sua leitura da paisagem. Conforme Vidal, trazido por Lira (2014): “É preciso também tomar uma certa distância do passado, acostumar-se com outras perspectivas de tempo. O relógio do geógrafo não é exatamente o mesmo que o do historiador” (VIDAL DE LA BLACHE, 1914, p. 557, *apud* LIRA, 2014).

Abre-se a via para uma nova concepção de tempo, um "tempo geográfico". A influência da história é muito forte na leitura dos geógrafos franceses. Após algumas décadas, a abordagem descritiva, enumerativa historicista é manifesta em inúmeras análises, buscando a superação da dualidade do determinismo físico. Entretanto, “A história continua a ser contada sobre o modo como a geografia física forneceu uma tecnologia ambiental e ideologia para a construção de uma nação” (SMITH, 1992).

Conforme estudos de Dosse (2007), em 1970 Yves Lacoste, convidado pelo filósofo François Châtelet para publicar sobre a geografia e sua indeterminação sobre a dualidade das ciências da natureza e ciências humanas, escreve o artigo *L'espace géographique*. Lacoste faz a crítica à dualidade da geografia, “que a prática dos geógrafos já não corresponde mais ao seu projeto unitário, na medida em que uns se especializam em geografia física, enquanto outros enveredam pelo caminho da geografia humana, sem que lhes ocorra interrogar-se sobre essa contradição que desvenda “o caráter falacioso do projeto de geografia unitária” (DOSSE, 2007).

Ridiculariza o caráter enumerativo do saber geográfico, já não mais o discurso da geografia, propõe o espaço como objeto real e como objeto do conhecimento e, em 1976, publica *A Geografia serve em primeiro lugar para Fazer a Guerra*, também lançando a Revista Hérodote, fazendo a crítica radical ao ensino universitário. “Seu propósito essencial consiste em tornar as estratégias ocultas que têm o espaço por objeto de suas operações e de seus lances, em mostrar no que se observa a imbricação de diferentes conjuntos espaciais em coerências não percebidas” (*Ibidem*, 390/391).

Critica o saber estratégico da dominação do espaço que oculta a geografia vidaliana para analisar as zonas de tensão, da degradação da biosfera, da explosão demográfica, o congestionamento urbano, a acentuação das desigualdades e a confrontação de potências (fazer a guerra). Lacoste pretendia delinear as lógicas de espaços manipulados pelos estados maiores. “Ele visa primeiramente devolver alguma vitalidade a uma geografia que parecia moribunda” (*Id Ibid*, p. 391).

Lacoste (1985) observa que:

[...] embora haja dificuldade, parece necessário manter o princípio da geografia global, ao mesmo tempo física e humana, encarregada de dar conta da complexidade das interações na superfície do globo entre os fenômenos que dependem das ciências da matéria, da vida e da sociedade. Este princípio de uma Geografia global não exclui absolutamente que, alguns geógrafos se especializem nos estudos dos aspectos espaciais dos fenômenos humanos, e outros, na análise das combinações espaciais dos fenômenos físicos. É indispensável, porém, que uns e outros guardem contatos suficientes entre si, tenham preocupações epistemológicas comuns e que aqueles que são engajados na ação ocupem-se do emaranhado nesta ou naquela porção do espaço dos diversos fenômenos humanos. Isto não é somente dos interesses deles, dos geógrafos; é definitivamente do interesse de todos os cidadãos. (LACOSTE, 1985, p.65).

A crítica radical fundamentada nos pressupostos marxistas assume a perspectiva de transformação social, enquadrada nas premissas dos fundamentos do materialismo histórico-dialético: devem ser vistas a partir das noções de *contradição*, do recorte de classe (ou correlatos), de *movimento*, relacionada à combinação de condicionantes e causalidades múltiplas e de *totalidade*, já que os homens como sujeitos históricos aparecem não como "fragmentos" de identidades diversas, mas articulados ao conjunto das estruturas e conjunturas em que estavam inseridos.

Em 1976, Lacoste cria a Revista *Herodote*² e assume a condução do debate anunciando o caráter real da utilização da geografia para fins expansionistas, imperialistas, clarificada com o exemplo do período do nazismo. A crítica radical vem como arma para identificar as contradições e enfrentar a construção da teoria geográfica como agente consciente de mudança social a partir das medições políticas e culturais no movimento da história. As mediações do "homem que faz a história", ou, dito de outra forma, quanto ao papel do indivíduo na história. Ao papel do homem como produtor de sua própria história.

Nesse contexto questiona-se a análise da sociedade, do homem nas suas contradições, nos conflitos, da importância na história. O pesquisador como ser de práxis que transforma o mundo, "ser social" e "consciência social".

Na leitura a partir do método do materialismo histórico-dialético, em contraposição à visão idealista, não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Logo, são os homens enquanto seres sociais, (o modo de produzir com os outros homens) que determinam a consciência. Na medida em que transformam a natureza para satisfazerem as suas necessidades básicas (via trabalho) os homens criam necessidades que se transformam também. O homem se faz historicamente, não existe como entidade ou essência anterior à experiência histórica que o constitui e através da qual se faz homem. Ao fazer sua

² A Revista *Herodote* retoma o projeto estruturalista sobremodo Althusseriano, e de Michael Foucault. De um "economicismo tingido de marxismo de uma geografia essencialmente descritiva." p. 392

história, em condições determinadas, passa a ser determinado e determinante da/pela natureza e pelos outros homens.

Como enfatiza G. Lukács, um fenômeno exclusivamente histórico-social, sua qualidade nada tem a ver com a condição humana: “Ser humano fora da sociedade, sociedade apartada do ser humano são abstrações vazias com as quais se podem conduzir jogos intelectuais lógicos semânticos etc., todavia aos quais nada corresponde ontologicamente” (2018, p. 509).

Ao se lançar na análise tendo como fundamento modelos matemáticos de aplicação, os atributos sociais são mensuráveis como garantia do que se denomina objetivo. A leitura apenas do que pode ser quantificado eliminaria, conforme concepção, a subjetividade da análise. Nesta perspectiva, o homem também se constitui um atributo a ser mensurado.

Porém, o geógrafo, ao se pautar na leitura do espaço tendo como método a unidade dialética das contradições, o espaço representa a configuração das desigualdades, das classes sociais. Observa-se neste caso o uso do território a partir da leitura da teoria do valor. Espaço de uso e espaço de troca exige para sua identificação analítica compreender o espaço geográfico como resultado da materialidade do processo de trabalho do homem. Não há neutralidade científica, o geógrafo se coloca como sujeito da pesquisa geográfica, daí embora ele se utilize do instrumental quantitativo, o processo dialético significa ler o espaço a partir de saltos qualitativos. O papel do geógrafo é de se situar como sujeito do espaço, estabelecer dialeticamente diversas conexões com o objetivo de abarcar a totalidade das relações. Para tal situação é preciso a postura crítica estando atento às contradições que se revelam nos espaços desiguais, territórios de usos.

É preciso cuidar para escapar da banalização das relações espaço-sociais que mascaram os territórios de poder, aferindo conotações aparentes de identidades culturais quando, na essência, escondem-se as diferenças de classes.

Com a perda dos referenciais teóricos epistemológicos, da crítica como método, o capitalismo cassino transforma toda a teoria em banalização, no yupismo. Vive-se a virtualidade do inexistente, do tempo e espaço organizado pelo consumo. O valor de troca sobre o valor de uso, espaços transformados em mercadoria subordinados ao tempo do capital.

Em período de intenso debate na academia, Manoel Seabra afirma

[...] por mais que o desenvolvimento interno das sociedades humanas aumente a distância entre a sociedade e a natureza, distância esta jamais atingida na História do homem como na fase atual do capitalismo, o qual tende, mundialmente, a levar a uma apropriação privada da natureza, por mais que isso aconteça e se amplie, o homem nunca deixará de ser natureza. Não há dúvida sobre isso. Por mais que a

vida em sociedade tenha transformado a própria vida biológica do homem, esse continua um ser vivo sob a ação das condições ambientais existentes na “superfície” do planeta Terra, às quais ele não se submete simplesmente, mas reage ativa e reflexivamente (SEABRA, 1984, p.15).

Pensar e agir sobre os espaços, o urbano e o rural, o lugar e o mundo, como afirma Ana Fani Carlos, através do fio de Ariadne, “que nos conduz pelos labirintos da análise, e que desvenda as dimensões e o sentido do habitar” (CARLOS, 2001:46).

Na medida que a sede incontrolável do lucro distorce as relações mais simples do habitar destruindo comunidades e povos através do “discurso da sustentabilidade”, quando na realidade solidificam seus paraísos fiscais, buscando sua permanência mesmo que com isto signifique novas territorialidades marcadas pelo belicismo ou pela recolonização que resulta nas crescentes formações de espaços de miséria.

Neste sentido ser geógrafo licenciado e ou bacharel, ou ser geógrafo físico e ou, humano exige posições políticas.

Reflexões Conclusivas como contribuição coletiva

Quando tive conhecimento, após 16 anos de ensino na educação básica, da existência da intensa polêmica sobre a dicotomia/dualidade de uma Geografia Física e Humana, e atenta até os dias atuais da realidade no ensino da educação básica, constato que esta polêmica sempre foi e é desenvolvida em portas fechadas, na Academia, sem repercussão epistêmica na educação básica.

Não há debate teórico dentro das unidades de ensino da educação básica, permanecemos ministrando as aulas de geografia na metodologia regional, na dimensão escalar. Os conteúdos dos livros didáticos mediadores de nossas ações, ainda hoje, em grande parte, estão organizados através da sistematização pela separação: físico, humano, cultural, econômico (agrário/urbano). Escapando uma pequena parcela nas últimas décadas dessa metodologia, quando há uma preocupação na leitura histórica. Muitas vezes o conteúdo histórico está inscrito deslocado do debate geográfico.

Na atualidade, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecida pela Lei de Diretrizes de Base (LDB, Lei nº 9.394/1996)³, cria um fosso ainda maior entre a teoria e a

³ Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, do Brasil, e as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas de todos os níveis de ensino são definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define os conhecimentos, competências e habilidades, a serem seguidas e cumpridas na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

prática, e, o mais agravante, sustenta-se em conceitos chavões sob os paradigmas da pluralidade, da diversidade, dualidade, ou até mesmo do debate identitário descontextualizado.

Para os professores licenciados, o aumento considerável das aulas práticas, sem que os cursos estejam solidificados a projetos de pesquisa e extensão tende a esvaziar os conteúdos geográficos alienando o professor de sua responsabilidade crítica no processo de transformação dos sujeitos alunos do processo histórico. Na medida em que se reforça a prática pedagógica desvinculada da sustentação teórica através de disciplinas instrumentais, encaminha-se a transformação do professor formador e ou “facilitador” de conteúdos, estes que serão obtidos pelos próprios alunos via sua inserção no meio digital.

A falácia da internet como “método” de estudo se aproxima do modelo americano behaviorista do estudo programado encantado e decantado na década de 1970 e início dos oitenta, que tinha como condução o produtivismo mecanicista. Por trás da falácia da autonomia educativa se sustenta o processo da autoalienação dos sujeitos envolvidos no processo de ensino.

O mais agravante é o encanto do canto da sereia que vende pacotes sob a promessa mercadológica, em tempos em que o desemprego estrutural é crescente. Como Bondi (1990, p. 162, *apud* SMITH, 1992, p. 11) argumentou, "o que o pós-modernismo parece fazer é elidir, ao invés de desconstruir, uma dicotomia entre ideias e materialidade". O GIS efetiva uma imagem virtual dessa elisão na medida em que as representações substituem a realidade (HARLEY, 1989, *apud* SMITH, 1992, p.11),

A concepção do imediato regida pela sociedade de consumo, além da obviedade da necessidade de inserção no mercado de trabalho tem favorecido posturas descomprometidas com a história. Na crítica da crítica é contundente o discurso da subjetividade ou da ausência da praticidade. Por outro lado, o peso das instituições públicas a serviço dos interesses privados se amplia em redes cada vez mais e mais abrangentes, contidas de tensões em tempos de crises, sujeitando os sujeitos que se tornam assujeitados, acreditando ser possível mudar pela competitividade, sem a utopia da transformação, da esperança.

Portanto, a opção do profissional geógrafo (seja licenciado ou bacharel e tenha como objeto de análise – A Geografia Humana e ou a Geografia Física), na contemporaneidade depende, para mim, da dimensão de sua utopia. É uma escolha que implica o nível de seu compromisso social. Se a sua opção se limita à garantia do emprego não importando as

consequências dos seus atos e fatos na sua inserção no mundo do trabalho, se reduz à compreensão do seu isolamento na trama das relações que se configuram nos tempos mundos do mercado que impõem a sua lógica de dominação desigual.

Entretanto, se a sua opção compreende a utopia da justiça social do espaço, o olhar geográfico conduzirá à luta contínua pelo direito da reapropriação do espaço de uso contra o espaço da troca. A amplitude dos estudos que faz parte o conjunto da ciência geográfica permite uma miríade de investigações analíticas que se constituem necessárias, na busca do *quê? como? para que? o porquê? para quem?* são as mediações que cada qual individualmente se situa no processo histórico. A escolha desse caminho tem muitas pedras, rochas a serem ultrapassadas. Não é um caminho fácil, mas vale a pena acreditar, apostar na esperança de mudar.

Estudar o mundo não como uma fita cinematográfica, mas como sujeitos responsáveis pela resistência e luta contra a dominação capitalista no interesse do lucro que expande os espaços da miséria. A aparente ausência da perspectiva da superação no social, direciona ao fatalismo do natural.

O medo - a ausência de perspectiva do imediato, diante da impotência da solução favorece a expansão dos espaços da miséria⁴.

REFERÊNCIAS

- BONDI, L. Feminism, postmodernism, and geography: Space for women? *Antipode* 22,156-67. Referenciado por SMITH, N. 1992 ver p. 162
- CARLOS, A. F. C. Espaço-Tempo na Metrópole: A Fragmentação da Vida Cotidiana, São Paulo: Editora Contexto, 2001
- CASSETI, Valter. Ambiente e apropriação do relevo, São Paulo: Contexto, 1991
- CONCEIÇÃO, A. L. A Geografia do Espaço da Miséria, in *Revista Scientia Plena*, vol. 1, nº 6, 2005
- DOSSE, François. História do Estruturalismo: O Canto do Cisne. De 1967 a nossos dias, Vol. II tradução de Álvaro Cabral, Bauro, SP: EDUSC, 2007
- FITZSIMMONS, Margaret. The Matter of Nature, in *Antipode* 21:2, 1989, p 106-120 <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.1989.tb00183.x>
- GOMES, Horieste. A Questão Ambiental – Idealismo e realismo ecológico, São Paulo: Terra Livre, n.3; 33-54, AGB, 1988.

4 Ver texto A Geografia do Espaço da Miséria, de Alexandrina Luz Conceição.

Harley, J.B. 1989: Deconstructing the map, *Cartographica* 26(2), 1-20. — 1990: Cartography, ethics and social theory. *Cartographica* 27, 1-23.

LACOSTE, Yves. Pesquisa e trabalho de campo. Seleção de textos. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 11, 1985.

LACOSTE, Yves. Braudel:Geógrafo, in *Ler Braudel*. Tradução de Beatriz Sidou, Campinas: São Paulo: Papyrus, 1989

LIRA, Larissa Alves. Vidal de la Blache Historiador, in *Revista Confins (eletrônica)*, 2014 Número 21, 2014 (24 páginas).

<https://www.readcube.com/articles/10.4000%2Fconfins.9636>

LÖWY, Michael. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen : Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. Tradução Juarez Guimarães Suzanne Felice Lévy, São Paulo : Busca Vida, 1987

LUKACS, Georg. Para a Ontologia do Ser Social. Volume 14, tradução Sérgio Lessa, Maceio : Coletivo Veredas, 2028

SEABRA, M. F. G. Geógrafos? In *Revista Orientação*, São Paulo: Instituto de Geografia – USP, v. 5, p. 9-17, out. 1984.

SMITH. Neil. História e filosofia da geografia: guerras reais, guerras teóricas Neil Smith *Progresso em Geografia Humana*, 1992, vol. 16,2, pp. 257-271